

Entre Chana e Organa - Reflexões sobre a emergência da imprensa lésbica brasileira e portuguesa

Between Chana and Organa - Reflections on the emergence of brazilian and portuguese lesbian press

Letícia Emília Batista¹, PUC-SP

Resumo

Este artigo analisa a emergência da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal, no final do século XX, a partir das revistas *Chanacomchana* e *Organa*. Fundamentada na perspectiva da história comparada, a investigação busca compreender como tais publicações, surgidas em contextos sociais e políticos distintos, atuaram como espaços de resistência, de produção discursiva e de afirmação identitária. Argumenta-se que a Imprensa Lésbica não apenas possibilitou a criação de redes de contato, apoio e afeto entre mulheres antes isoladas, mas também contribuiu para a consolidação de uma memória coletiva e para a contestação da heterossexualidade compulsória. Ao valorizar experiências lésbicas e desafiar silenciamentos históricos, esses periódicos configuraram-se como ferramentas políticas e culturais centrais para a mobilização e visibilidade desses sujeitos.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica; Lesbianidades; Historiografia; Chanacomchana; Organa.

Abstract

This article analyzes the emergence of Lesbian Press in Brazil and Portugal at the end of the twentieth century, focusing on the magazines *Chanacomchana* and *Organa*. Grounded in the perspective of comparative history, the study seeks to understand how these publications, produced in distinct social and political contexts, functioned as spaces of resistance, discursive production, and identity affirmation. It argues that the Lesbian Press not only enabled the creation of networks of contact, support, and affection among previously isolated women, but also contributed to the consolidation of a collective memory and to the contestation of compulsory heterosexuality. By valuing lesbian experiences and challenging historical silences, these periodicals established themselves as central political and cultural tools for the mobilization and visibility of these subjects.

Keywords: Lesbian Press; Lesbianities; Historiography; Chanacomchana; Organa.

Introdução

Voltemos ao final do século XX, em um período anterior à internet e às redes sociais, quando o acesso a informações sobre experiências lésbicas era limitado. Nesse contexto, iniciativas editoriais no Brasil e em Portugal deram visibilidade a essas vivências. Revistas como *Chanacomchana* e *Organa* funcionaram como espaços de encontro, comunicação e resistência, criando redes de apoio e consolidando memória coletiva. Como essas publicações permitiram que mulheres isoladas se encontrassem e afirmassem suas identidades? De que

¹ Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsista CNPq, email para contato leticiaebatista@gmail.com.

maneira transformaram o ato de compartilhar experiências em instrumento de contestação a padrões heterossexuais impostos? Pesquisar sobre a Imprensa Lésbica revela como escrever e publicar se tornou um gesto político e cultural capaz de romper silenciamentos históricos e ampliar possibilidades de existência.

A ditadura instaurada no Brasil a partir de 1964 pode ser compreendida como civil-militar, na medida em que, além do protagonismo das Forças Armadas, contou com a participação ativa de setores da sociedade civil em sua sustentação e estrutura burocrática, especialmente elites político-econômicas e midiáticas (Bauer, 2011). Nesse contexto, a censura instaurada legitimava e reforçava valores morais por meio dos meios de comunicação de massa. Em oposição a esse controle, uma imprensa alternativa atuou como forma de resistência².

A comunicação alternativa, como aponta Cicília Peruzzo (2009, p. 132), configurava-se como um espaço de expressão crítica e plural, distinguindo-se sobretudo pela orientação político-ideológica, pela linha editorial, pelas formas de organização coletiva e popular, bem como pelas estratégias de produção que valorizam a participação ativa, o vínculo local e o caráter mobilizador, podendo ser pensada como uma “contracomunicação”.

Observa-se ainda, como sugerido por Sérgio Mendes (2011), que a imprensa alternativa desdobrou-se em diferentes vertentes, como a imprensa negra, feminista, estudantil e homossexual. Nesse cenário, Caio Maia (2017)³, situa as publicações lésbicas brasileiras no interior dessas vertentes, sobretudo entre a imprensa homossexual e feminista.⁴ Ampliando essa discussão, Paula Silveira Barbosa (2019; 2025) analisa a trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil, abordando sua constituição e características específicas. Sua principal contribuição consiste na formulação do conceito de Imprensa Lésbica, compreendido como,

[...] uma estrutura de comunicação autônoma, criada por lésbicas e para lésbicas. A instituição desses periódicos foi uma resposta ao apagamento e à estigmatização as quais as lesbianas eram submetidas em diferentes

² A autora Peruzzo (2009) atenta-nos ao fato de que a imprensa alternativa não é um fenômeno exclusivo do período da ditadura civil militar, esta já existiu em outros tempos.

³ O trabalho de Caio Maia (2017) é pioneiro ao realizar, a partir dos periódicos *Iamuricumá*, *Chanacomchana* e *Um Outro Olhar*, as redes formadas entre mulheres lésbicas a partir de uma imprensa específica.

⁴ Em relação a imprensa homossexual, a autora Larissa Pinto Martins (2020) atenta ao fato de que as lésbicas tinham espaço em apenas algumas reportagens específicas do jornal *Lampião da Esquina*, sendo este um veículo destinado ao público gay. A respeito da imprensa feminista, Elizabeth Cardoso (2004), demonstra que esta se dividiu em duas fases, a primeira (1974 a 1980) se voltava para as relações de classe, desigualdades sociais e temas de interesse de homens e mulheres, alinhados às reivindicações dos grupos de oposição à ditadura. Já a segunda fase estaria marcada por temas específicos da mulher, como as relações de gênero, violência contra a mulher e sexualidades. Apesar das lésbicas se enquadrarem sob a perspectiva de gênero, a imprensa feminista não constituía um espaço plenamente inclusivo para elas no quesito sexualidade, o que reflete na criação de periódicos próprios voltados à temática lésbica.

instâncias sociais, inclusive na imprensa – motivo pelo qual, além de sugerir o termo, tenho-o grafado com iniciais em caixa alta (Barbosa, 2025, p. 4).

O presente artigo recua até o final do século XX para fazer uma análise da emergência da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal. Sabe-se que a revista portuguesa *Organa* foi citada em algumas edições do boletim brasileiro *Um Outro Olhar*, assim como encontramos na *Organa* notícias sobre experiências lésbicas no Brasil. As publicações lésbicas nos revelam como esses sujeitos estavam empenhados em levar para suas leitoras informações que transcendem as fronteiras nacionais, promovendo uma rede de contato e ampliando o conhecimento sobre um mundo no qual outras experiências identitárias se tornam possíveis⁵.

As teorias lesbofeministas de Monique Wittig (2022) e Adrienne Rich (2010) fundamentam esta análise ao compreenderem a heterossexualidade como um regime político, e não como simples orientação sexual. Para Wittig, a heterossexualidade estrutura instituições, normas e discursos a partir da naturalização da diferença sexual, produzindo um “pensamento hétero” que se apresenta como universal e organiza a interpretação da história, da cultura e das subjetividades, impondo-se como verdade geral. Já Rich, ao formular o conceito de heterossexualidade compulsória, evidencia como essa norma se mantém por meio de mecanismos institucionais e violências simbólicas e materiais que restringem a autonomia das mulheres. Em comum, ambas demonstram que a heterossexualidade opera como sistema de poder que se legitima como única forma socialmente aceitável de existência feminina, perspectiva central utilizada aqui para compreender a Imprensa Lésbica como espaço de resistência política.

A Imprensa Lésbica pode ser entendida como espaço de poder no qual mulheres constroem suas próprias narrativas, afirmam experiências silenciadas e produzem memória, deslocando a centralidade da narrativa heterossexual. A análise historiográfica dessas publicações permite acessar a constituição de uma cultura lésbica a partir de seus próprios discursos. Como indica Anzaldúa (2021), embora escrever exponha vulnerabilidades forjadas em contextos de múltiplas opressões, é justamente na escrita que reside a sobrevivência e o poder, fazendo da palavra um gesto de afirmação e resistência.

Dessa forma, através da análise das publicações *Chanacomchana* e *Organa*, este artigo visa compreender as singularidades e semelhanças da constituição desse campo de

⁵ Ao procurarmos fontes que contribuam para o fortalecimento do campo da historiografia de lesbianidades, percebe-se que a existência e articulação desses sujeitos através de uma imprensa específica é um fenômeno manifestado em diversos países. Temos notícias de publicações lésbicas em diferentes lugares desde o século XX, como na Alemanha a *Die Freundin* (1924), nos Estados Unidos a *Vice e Versa* (1947), a *Arena Three* (1964) no Reino Unido e a *Lesbian Newsletter* (1970) na Austrália.

comunicação em ambos os países, bem como essa imprensa contribuiu para a criação de redes de apoio, de ressignificação de discursos e na consolidação de uma memória coletiva. Por fim, pretende-se destacar o papel dessas produções como ferramenta essencial da preservação de suas narrativas, constituindo um campo significativo para a historiografia de lesbianidades no Brasil e em Portugal.

Do lado de cá da tesoura - Chanacomchana

A partir de 1964, através de um golpe civil militar, a história do Brasil ganharia outros contornos. O ataque às liberdades individuais, principalmente a censura aos meios de comunicação, tornou-se uma ferramenta de regulação social estatal, onde grupos e sujeitos contrários ao regime estariam fadados a duras perseguições.

Com o avanço do governo ditatorial e da resistência armada na década de 1970, os militares ampliaram a noção de “inimigo interno” a ser combatido⁶, incluindo não apenas opositores políticos, mas também aqueles considerados responsáveis pela “crise civilizatória”. Nesse contexto, combater o comunismo estava atrelado à vigilância e regulação da moral da população, incluindo pessoas LGBTQ+, universidades e outros espaços culturais. A “crise moral” refletia as transformações sociais e culturais das décadas anteriores, sendo associada ao uso de drogas, sexualidade desviante e delinquência, e sustentando a ideia de que o comunismo se fortalecia pela destruição da família, dissolução dos costumes e libertinagem sexual.

As reuniões do movimento estudantil favoreciam novos debates, mas o moralismo da esquerda frequentemente ignorava reivindicações fora do âmbito político-partidário, como gênero, raça e homossexualidade. Nesse contexto, as contribuições do movimento negro e feminista foram fundamentais ao problematizar questões antes vistas como experiências individuais. Como analisa MacRae (2018), diante da falta de apoio nos grupos políticos tradicionais, negros, mulheres e homossexuais passaram a construir estratégias autônomas de organização, estabelecendo alianças e afirmando a legitimidade de suas demandas, que não poderiam ser tratadas como questões secundárias ou “minoritárias”.

A influência dos movimentos pelos direitos civis, da contracultura, do feminismo, de Maio de 1968 e de Stonewall foi fundamental para a articulação de movimentos nacionais orientados por pautas antidiscriminatórias de sexo, gênero e raça. No Brasil, como destaca James Green (2003), a partir de 1974, em meio à crise econômica e ao fortalecimento da

⁶ Para mais conferir (Fico, 2001).

oposição, emergiram novas frentes de resistência. A reorganização estudantil e operária, a afirmação do feminismo com críticas ao sexismo da esquerda e a consolidação do movimento negro unificado, desafiaram o mito da democracia racial. Esse cenário de mobilização pressionou o regime a acelerar a abertura política.

Em meio ao processo de abertura política, no Rio de Janeiro⁷, um grupo diverso de jornalistas, artistas e intelectuais⁸, fundou o jornal *Lampião da Esquina* (1978–1981), com o propósito de tratar publicamente da homossexualidade e dialogar com outras minorias. Desde o início, o periódico foi atravessado por disputas internas entre uma perspectiva mais ativista e outra mais orientada pela prática jornalística e cultural.

Nesse mesmo contexto, intelectuais, artistas e profissionais liberais passaram a se reunir, motivados sobretudo pela necessidade de partilhar inquietações pessoais relacionadas à sexualidade. A organização do Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) teve início em 1978 e se consolidou em fevereiro de 1979, a partir da participação em um debate realizado na Universidade de São Paulo⁹. Embora se estruturasse inicialmente de forma autônoma e sem hierarquias formais, o grupo passou a organizar-se internamente por meio de subgrupos com atuações específicas, como os responsáveis pela recepção de novos integrantes, pela atuação externa, pelos serviços burocráticos, pela divulgação, por estudos na área homoerótica e por atividades artísticas, além do subgrupo de atuação lésbico-feminista (Trevisan, 2018).

Foi a partir desse subgrupo de atuação lésbico-feminista, posteriormente denominado Ação Lésbica-Feminista (LF), que se deu a colaboração com uma edição do *Lampião da Esquina*. Ao longo do mês de abril de 1979, vinte e cinco mulheres elaboraram uma matéria intitulada “Nós também estamos aí”, na qual problematizavam sua participação tardia no jornal. Longe de interpretar essa ausência inicial como simples falta de engajamento, o texto explicita as condições de clandestinidade, repressão e silenciamento que atravessavam a experiência das mulheres homossexuais, bem como a recusa em transformar essa chegada tardia em uma narrativa de culpa individual.

⁷ Também nesse mesmo ano, deram-se a constituição do Movimento Negro Unificado, a emergência do movimento feminista e a aparição de outros grupos homossexuais militantes no exterior.

⁸ Segundo Renan Quinalha (2021) à frente da iniciativa encontravam-se pessoas sobretudo do eixo Rio–São Paulo, entre eles estavam os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteadó; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o escritor João Silvério Trevisan; e o antropólogo Peter Fry.

⁹ Como aponta Facchin (2001), esse debate proporcionou a inclusão de novos integrantes no grupo, inclusive de mulheres, e também contribuiu para a formação posterior de outros dois grupos: Eros e Libertos. Além do levantamento feito por Facchin, autores como James Green (2018), Edward McRae (2018) e Trevisan (2018) realizaram uma análise ampla sobre a trajetória do grupo Somos.

Essas diferenças de compreensão política e de experiência social repercutiam diretamente na dinâmica interna do Somos, marcada por instabilidade e frequentes desentendimentos em torno do posicionamento do grupo diante do cenário político da época e dos riscos de cooptação pela esquerda. Nesse contexto, também se manifestavam tensões associadas a práticas de intolerância que deslegitimavam as vivências lésbicas e marginalizavam identidades gays mais feminilizadas.

Em 17 de maio de 1980, veio à tona o desligamento oficial das lésbicas do grupo Somos, marcando sua autonomia¹⁰. À época, essa separação foi frequentemente interpretada como radical ou separatista, entretanto elas só oficializaram uma separação que já vinha acontecendo internamente. A partir de então, o LF ingressou em uma nova fase, estabelecendo maior proximidade com grupos feministas, em sua maioria heterossexuais, relação que também foi atravessada por tensões. Entre idas e vindas de integrantes que saíram do “racha” do Somos, foram Rosely Roth e Míriam Martinho que assumiram a responsabilidade do grupo, que passou a se chamar Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) a partir de 1981.

Em janeiro de 1981 nasce o *Chanacomchana*, um boletim lésbico com aspecto de fanzine e nome provocativo, ao longo de quatro páginas inseria as leitoras em um novo mundo, mundo este que trazia a experiência lésbica como protagonista. Criado justamente para fazer ponte com outras mulheres e romper o silêncio, para ser um sopro de vida para aquelas que há muito se sentiam isoladas e até mesmo culpadas. “Sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (CHANACOMCHANA, edição 0, 1981, p. 4).

As temáticas eram diversas, contavam com textos feitos pelas organizadoras, traduções de materiais internacionais, indicações de filmes e livros, entrevistas e depoimentos, relatórios de participações em eventos, saúde, prazer, notícias nacionais e internacionais, sessão de troca de cartas. A princípio, não abordavam discussões políticas partidárias tendo em vista que o principal objetivo era fomentar um espaço de informação e contato para lésbicas. Entretanto, conforme o contexto nacional avançava nos debates sobre a Constituinte,

¹⁰ É importante destacar a influência do pensamento feminista na formação do subgrupo Ação Lésbica-Feminista (LF). Essas formulações contribuíram para que suas integrantes compreendessem que, apesar da luta compartilhada contra a discriminação sexual, as mulheres lésbicas enfrentavam formas específicas de opressão relacionadas ao gênero. Na edição de número 12 do *Chanacomchana* (1987) elas relatam que sentiam dupla discriminação (por serem mulheres e por sua sexualidade), enquanto homens gays seriam discriminados apenas pela orientação sexual.

essas mulheres perceberam que a atuação política deveria se dar também no nível legislativo e não apenas no identitário, principalmente porque é através da legislação que os direitos demandados como casamento e adoção seriam alcançados.

Certamente a existência do *Chanacomchana* foi fundamental para desnaturalizar uma heterossexualidade imposta. Os textos operavam enquanto um mecanismo de conscientização e positivação do ser lésbica, possibilitando através do contato com o semelhante, outros tipos de vivências e discursos.

No Brasil de hoje, muitas lésbicas ainda vivem bastante marginalizadas e sentindo-se bichos de 7 cabeças, doentes mesmo. Um primeiro passo, portanto, para podermos criar organizações fortes que lutem efetivamente contra a repressão, é fazer o máximo de contatos e veicular várias informações que demonstrem que o lesbianismo é uma alternativa de vida perfeitamente possível e saudável pra todas as mulheres (*Chanacomchana*, edição 10, 1986, p. 4).

Para a produção desse material as organizadoras contavam com a contribuição das leitoras, além disso ao longo de algumas edições observa-se a incorporação de publicidade de alguns locais e produtos. Ao todo foram doze edições publicadas até 1987, com o fim do *Chanacomchana* uma de suas principais organizadoras, Míriam Martinho, deu seguimento em outra publicação denominada *Um Outro Olhar* e foi justamente através desta publicação que temos notícia sobre a primeira a revista lésbica portuguesa, a *Organa*.

Formalmente, o GALF chegou ao fim em março de 1990 através da publicação do número 10 do boletim *Um Outro Olhar*. Consolidando-se enquanto um grupo fundamental na história da organização lésbica brasileira, contribuiu significativamente ao fomentar um espaço da imprensa lésbica nacional que seria composta posteriormente por outras publicações como o *Boletim Amazonas* (BA), *Xerereca* (RJ) e *Deusa Terra* (SP).

Do lado de lá da tesoura - Organa

Do outro lado do Atlântico, na sociedade portuguesa observa-se profundas marcas não só do cristianismo, mas também vestígios de uma ditadura que se iniciou em 1933 e só acabara em 1974. O regime liderado por António de Oliveira Salazar, se pautava em princípios conservadores, nacionalistas e católicos, conseqüentemente a família, a Igreja e o Estado eram instituições essenciais à estabilidade social e moral do país. O autoritarismo se manifestava no controle das esferas políticas, econômicas e na regulação da vida privada dos

cidadãos. Desse modo, promoviam padrões de comportamentos no âmbito afetivo e sexual, pautados sobretudo na defesa da heterossexualidade monogâmica.

Em Lisboa, o sanatório de Mitra tornou-se a principal instituição utilizada pelo Estado ditatorial para internar os homossexuais, vagabundos, mendigos e doentes psiquiátricos. Ao longo do tempo, constituiu-se enquanto um depósito permanente de sujeitos fragilizados e sem nenhum suporte¹¹. Contudo, como aponta Raquel Afonso (2019), a penalidade para as lésbicas no período ditatorial se enquadrava como crime de transformismo onde a acusação incidia sobre a mudança de papel social ao tentar assumir um papel de homem.

De certo, esperava-se que a Revolução dos Cravos abrisse um caminho que possibilitasse transformações nas mentalidades¹², bem como os avanços sociais pudessem ganhar outros contornos. Entretanto, a natureza efervescente do período revolucionário esgotou as energias de muitas pessoas e os interesses voltados às questões de classe contribuíram para a invisibilidade das preocupações com a política sexual¹³. Como pontua Miguel Almeida,

Seria de esperar que a revolução de 1974 tivesse aberto o caminho para a mobilização LGBT. De facto, uma ou duas organizações foram fundadas, mas tiveram vida curta e pouca visibilidade, já que foram criadas em torno de grupos de amigos e amigas e, em geral, não foram bem-vindas pelas tendências políticas e partidárias dominantes à época, nomeadamente um Partido Comunista que tinha uma herança histórica de homofobia interna e uma esquerda radical assente em ideários marxistas/leninistas e/ou maoístas marcados por agendas puritanas (Almeida, 2009, p. 184).

Enquanto ao longo dos anos de 1970 e 1980, em outras democracias era o período de mobilização do movimento LGBT¹⁴, em Portugal observa-se uma lentidão em sua articulação. Convém situar uma organização embrionária surgida em 1974 pelo *Movimento de Ação*

¹¹ Observa-se na história portuguesa que a perseguição aos homossexuais não foi algo exclusivo do Estado Novo. Através das Ordenações Afonsinas e Filipinas aplicava-se pena de morte aos sodomitas, ademais a Inquisição também teve papel significativo no que se diz sobre o controle e fiscalização das práticas sexuais. Para mais informações sobre as Ordenações e atuação da Inquisição com os crimes e a punição de sodomia, conferir Ana Lúcia Santos (2018).

¹² Dentro do partido do Bloco de Esquerda, formou-se em 1991 um Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), que inclusive publicou um boletim chamado “Sem Medos” onde abordava questões de sexualidade. Todavia, é evidente que as questões políticas se sobrepujam às pautas identitárias.

¹³ Convém pontuar que a descriminalização da homossexualidade veio somente quatro anos após a queda da ditadura em 1982. Contudo, inseriram um novo crime qualificado como homossexualidade com menores (que passou por revisões em 1995 e 1998), onde a idade de consentimento para heterossexuais era de 14 anos e para homossexuais de 16 anos. Essa distinção só foi abolida em 2007 devido a campanha pelo movimento LGBT acerca da aplicação regular do princípio da igualdade pelos legisladores.

¹⁴ Podemos citar o caso dos Estados Unidos e Brasil. Especificamente no caso europeu, o movimento LGBT português é visto como tardio, para mais consultar as publicações de António Fernando Cascais.

Homossexual Revolucionária (MAHR)¹⁵. No ano de 1980, surge o *Colectivo de Homossexuais Revolucionários* (CHOR) organizado por João Grosso, Fernando Cascais e José Calisto. No ano seguinte, ativistas participaram da manifestação do Dia do Trabalhador em Lisboa, carregando cartazes em defesa dos direitos homossexuais. Entretanto, a existência do CHOR deu-se ao fim ainda em 1981, a falta de apoio e mobilização dificultou a continuidade do grupo.

Ainda na década de 1980, registram-se outros eventos importantes, como o primeiro ciclo de debate público "*Ser (Homo)sexual*" realizado no Centro Nacional de Cultura de Lisboa (1982). Também em Lisboa, no ano de 1984, aconteceu o *1º Congresso Nacional de Sexologia* e o 2º aconteceu três anos mais tarde em Coimbra, ambas edições tinham um painel de discussões especificamente para debater sobre a homossexualidade.

Posteriormente, no ano de 1991 surge dentro do Partido Socialista Revolucionário, o *Grupo de Trabalho Homossexual* (GTH) com o objetivo de denunciar a repressão moral da sociedade portuguesa em relação a sexualidade. O grupo durou até 2004 e durante sua trajetória foi significativa sua atuação em torno da contestação dos termos *homossexualismo* e *lesbianismo* presentes no Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (1986), além de terem se envolvido na luta por alterações sobre a homossexualidade na Constituição e no Código Civil e Penal português.

Como destaca Ana Cristina Santos (2002), a Associação Abraço (1992) desempenhou um papel fundamental na conscientização e no acolhimento de pessoas infectadas pelo HIV/SIDA. Posteriormente, a Associação ILGA - Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), criada em 1995, atuou em parceria com a Abraço na luta contra a epidemia. Segundo a autora, assim como ocorreu em outros países ocidentais, as associações ligadas à AIDS tornaram-se espaços estratégicos para a visibilidade e mobilização do movimento LGBT português, promovendo um discurso centrado no apelo ao envolvimento, à participação e à responsabilização individuais.

Como apontou Cascais (2006), a visibilidade de uma comunidade gay ganhou impulso no seio de um processo mais vasto de combate à epidemia de SIDA. O tempo que a epidemia demorou a ser clinicamente identificada no país permitiu, sobretudo no respeitante à classe médica, mas também à classe política e aos meios de comunicação, contribuiu para uma

¹⁵ Este coletivo foi responsável pela elaboração e publicação de um manifesto no Diário de Lisboa que veio a público no dia 13 de maio de 1974. Intitulado "Liberdade para as minorias sexuais", o manifesto é um marco para a história do movimento LGBTQ português, faz duras críticas à homofobia e propõe reivindicações como a descriminalização da homossexualidade, a liberdade de reunião, participação na mídia e educação sexual nas escolas.

espécie de *outing* da comunidade em geral e das pessoas afetadas pela doença. Como resultado, o associativismo se organizou também como uma resposta à epidemia, proporcionando que os grupos LGBT se organizassem contra as opressões como um todo.

Esse contexto, somado à epidemia da SIDA, implicou em características distintas para a organização e emergência do movimento LGBT português, sobretudo a organização do movimento lésbico. Justamente nesse período, que em 1990, duas mulheres publicaram uma revista fundamental para a historiografia lésbica. A *Organa* nasceu como uma resposta ao silêncio, para romper com a ausência e desmobilização de materiais que contemplassem as vivências sáficas. Uma das fundadoras, Ana Pinheiro, passou parte de sua vida estudando na Alemanha e circulando por outros países europeus, quando retornou a Portugal um sentimento de vazio passou a predominá-la. Motivada pela falta e isolamento, juntou-se à sua companheira da época para publicarem a revista.

A ORGANA nasce de um sonho de libertação que tu semelhante a mim também tens. Será a nossa comunicação, o sair da sombra, inteligente e alegremente, certamente! Gostaria que a nossa mensagem atravessasse a ponte. Tu e eu estamos na mesma margem, falamos a mesma linguagem. É questão de divulgarmos os nossos códigos, sintonizarmos as nossas ondas... (Organa, edição 1, 1990, p. 4).

A *Organa* foi feita de forma artesanal, o casal utilizou máquina de escrever que tinham em casa, a parte visual foi montada com recortes, colagens de imagens e desenhos. Seu tamanho é extenso, as edições variam entre 35 a 70 páginas e os temas vão desde assuntos relacionados a vivências lésbicas, bem como notícias internacionais, receitas, indicações de livros e filmes, saúde e até espaço para sessão de troca de cartas. As edições eram lançadas a cada dois ou três meses, a divulgação era feita em alguns bares que constituíam os *guetos*¹⁶, anúncios espalhados por banheiros públicos e até mesmo uma publicidade com uma chamada pequena na parte dos classificados em um jornal da mídia hegemônica. O envio era feito através dos correios, em um envelope discreto que preservava a identidade tanto das editoras quanto das leitoras.

Certamente, como defende Fabíola Cardoso (2022), a criação da *Organa* foi uma primeira pedrada no charco da estagnação absoluta que era Portugal em relação às questões lésbicas. A partir das páginas desta revista, abriu-se a possibilidade de acesso a um mundo

¹⁶ Martin P. Levine (1979) utiliza o termo "gueto" para descrever áreas urbanas com uma concentração significativa de indivíduos LGBT, caracterizadas por estabelecimentos como bares, discotecas e outros negócios voltados para esse público. Esses espaços servem como centros de socialização e apoio para a comunidade, proporcionando um ambiente onde as identidades podem ser expressas livremente.

totalmente único e até então desconhecido para muitas mulheres portuguesas. As informações ali presentes não só contribuíram para normalização e positividade de outras vivências sexuais, mas principalmente inauguravam uma rede de informações e, conseqüentemente de afetos, sobre lesbianidades.

Vocês não imaginam a imensa alegria e felicidade que a *Organa* me trouxe. Não imaginam! Eu, lésbica assumida e sem esperança nenhuma já de ser feliz, vejo cair-me do céu a *Organa* que pode melhor do que ninguém ser uma grane ajuda para mim. Foi como se uma nova vida me inundasse por completo, e a minha vida triste e solitária passa a ser mais alegre e preenchida. Eu fiquei muito mais elucidada com o tema do lesbianismo e cada vez me conoto mais com ele. Eu admiro a força e a coragem que vocês têm para lutar pelas lésbicas. Por todas nós afinal (*Organa*, edição 7, 1992, p. 34).

Rapidamente a *Organa* ganhou novas organizadoras, formaram um pequeno grupo de aproximadamente 6 a 7 mulheres (considerando que havia uma variação de frequência nos encontros presenciais para a confecção do material). Apesar das dificuldades encontradas, organizaram um encontro em 1991 onde apareceram 20 mulheres. Nesta ocasião elaboraram em conjunto uma nova edição da revista e tiveram a ideia de fundar a primeira linha telefônica de apoio a homossexualidade em Portugal.

As assinantes pagavam uma cota anual para ter acesso a publicação, mas a sua confecção demandava um tempo de trabalho que não era remunerado. Receber diversas cartas, responder, transcrever, buscar por imagens, organizar reuniões, selecionar informações, era um longo processo de produção que demandava tempo e esforços. Os desentendimentos pessoais, somados à sobrecarga de trabalho e dificuldades financeiras, contribuíram para um enfraquecimento e desmobilização das fundadoras. Dois anos depois a *Organa* teve seu fim, entretanto, seu legado gerou frutos e reverberou na organização de outros grupos, como as responsáveis pela revista *Lilás* e posteriormente o Clube Safo.

Tesourando: algumas reflexões sobre a Imprensa Lésbica

Observando que a Imprensa Lésbica se manifestou em diferentes países, com traços semelhantes e em constante contato, justifica-se a adoção da perspectiva da História Comparada. Parte-se do pressuposto de que essas experiências não se desenvolveram de forma isolada, mas inseridas em redes amplas de circulação de ideias, discursos e referências. A comparação, embora presente nas práticas cotidianas, constitui também um procedimento metodológico fundamental diante de realidades diversas ou pouco conhecidas. Conforme

propõe Barros (2014), trata-se de iluminar um objeto a partir de outro, identificando analogias, semelhanças, diferenças e variações de um mesmo modelo.

Por meio da História Comparada, torna-se possível analisar sistematicamente como um mesmo problema se expressa em distintos contextos histórico-sociais, espaços e temporalidades. Não se trata de sobrepor realidades, mas de compreendê-las a partir do contraste. Nesse sentido, a noção de “iluminação recíproca”, formulada por Barros (2014), orienta o confronto entre fenômenos de modo que os elementos de um evidenciem as especificidades do outro. Assim, a comparação ultrapassa a enumeração de semelhanças e diferenças, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas históricas e de seus desdobramentos, ao mesmo tempo em que se articula à perspectiva de história conectada, evidenciando fluxos transnacionais entre experiências nacionais distintas.

Inegavelmente, a imprensa alternativa desenvolvida por mulheres lésbicas se constituiu enquanto ferramenta fundamental de comunicação, politização e produção de pertencimento. Para muitas, frequentar espaços como bares ou reuniões era uma realidade distante, seja por vergonha, medo, dúvidas, culpa, ou até mesmo por se encontrarem em um cenário de heterossexualidade forçada na qual eram casadas e mães. Nesse sentido, o acesso a um material especificamente feito por e para mulheres lésbicas, possibilitava uma experiência singular de reconhecimento, refletindo em outras possibilidades de ser e estar.

É oportuno ressaltar que, por se tratar de publicações independentes em ambos os países, a circulação desses impressos dependia de estratégias alternativas de divulgação e distribuição. Grande parte do material era enviada pelo correio, mas as editoras também aproveitavam eventos sociais, encontros e redes de apoio para fazer chegar as revistas e boletins aos leitores. Além disso, as próprias leitoras eram incentivadas a compartilhar informações sobre a existência dessas publicações, contribuindo para ampliar a circulação e o alcance das mensagens dentro da comunidade.

Como posto anteriormente, há especificidades no processo de constituição do campo da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal. Por mais que ambos os países tenham em comum vestígios de um governo ditatorial e de uma moral cristã, as temporalidades das organizações são diferentes. Se por um lado, no Brasil, o contexto de reabertura e redemocratização permitiu a consolidação e emergência de outros movimentos como o movimento negro, homossexual e o feminista; em Portugal as mobilizações político partidárias se sobreporam às pautas identitárias, resultando na demora da autonomia e do fortalecimento desses movimentos sociais (Cascais, 2020).

No contexto ditatorial português, como aponta Raquel Afonso (2024) o aparato legal e a repressão pública social, impactaram no desenvolvimento de uma resistência e militância política dos indivíduos dissidentes. No entanto, segundo a autora, as experiências lésbicas e homossexuais se manifestaram de maneiras diversas no cotidiano, como por meio da ocultação, do silêncio ou da permanência consciente no “armário” como estratégia de proteção.

Essa diferença de contexto político teve impactos diretos na forma como as mulheres lésbicas se organizaram e utilizaram a imprensa. Enquanto no Brasil a pluralização dos movimentos sociais favoreceu processos de articulação, cisão e autonomização dessas mulheres; em Portugal foi essa imprensa alternativa que assumiu um papel inaugural, antecedendo a própria constituição de um movimento lésbico organizado.

Observa-se no caso brasileiro um percurso no qual a proliferação de organizações militantes possibilitou a formação e o amadurecimento do grupo lésbico. Inicialmente reuniu mulheres dentro do grupo homossexual Somos, em uma segunda fase formaram o subgrupo LF, posteriormente chegaram a independência formalizada através do GALF e por fim veio a elaboração de um boletim. Nesse sentido, o *Chanacomchana* foi resultante de uma soma de experiências e demandas que aquelas mulheres vinham passando. Ou seja, o boletim emerge como desdobramento de uma trajetória militante já estruturada, marcada por debates internos, conflitos políticos e experiências organizativas acumuladas.

O boletim *Chanacomchana* é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos dos 3 anos e meio de atividades do GALF e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos o ano passado. Ele é produto de nosso trabalho que, embora às vezes difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão (*Chanacomchana*, edição 1, 1982, p. 1).

De certo, a trajetória e demandas do GALF, principalmente o contato que teciam com outros grupos nacionais e internacionais, impactaram na elaboração do boletim. Em contrapartida, no caso português, os esforços em torno do estabelecimento de um governo de esquerda se sobrepuseram às reivindicações identitárias, centralizando as ações sociais em torno da consolidação de uma política que substituísse as estruturas ditatoriais. Esse contraste evidencia que, enquanto no Brasil as referências internacionais atuaram como elemento de fortalecimento e ampliação de práticas já existentes, em Portugal elas desempenharam um

papel estruturante, oferecendo modelos de organização, discurso e ação para um movimento ainda incipiente. Esse atraso da mobilização lésbica foi denunciado na *Organa*,

No estrangeiro as lésbicas já se movem há 23 anos e já sofreram voltas e reviravoltas e ainda bem. Aqui na cauda da Europa, o que geograficamente é bem verdade, o movimento é ainda jovem [...] O ‘atraso’ que é a depressão nacional, curiosamente também foi vivido pelas lésbicas. Pode ser uma reserva quanto à aceitação dos sistemas de vida de países mais centralmente localizados. Talvez foram as condições de vida diferentes e o ambiente cultural de um machismo mais declarado que impediram as portuguesas de adoptar as mesmas táticas de outros países ocidentais (*Organa*, edição 7, 1992, p. 54).

Como resultado, compreende-se que a trajetória portuguesa foi distinta. Não existia um grupo lésbico organizado, nem uma experiência nacional de um associativismo significativo no que tange a sexualidade.¹⁷ A partir das experiências de sociabilidade e informações que as organizadoras tiveram no exterior, apostaram na elaboração da revista como um meio de inaugurar um espaço informativo para muitas que se sentiam isoladas. Nesse sentido, a revista *Organa* cumpriu, em Portugal, uma função que no Brasil foi inaugurada por grupos e coletivos, a de criar redes de contato, pertencimento e reconhecimento mútuo entre mulheres lésbicas.

Convém ressaltar que eventos organizados pelas editoras, como clubes de leitura, piqueniques e acampamentos sáfcicos, derivaram diretamente da existência da revista. Nos meses sem nova edição, elas promoviam encontros para manter a rede ativa, mostrando que foi através da publicação que muitas mulheres tiveram acesso à informação, apoio e sociabilidade. Em contraste, no Brasil, esses espaços já haviam dentro de organizações militantes, de modo que a imprensa atuava mais como ampliação e fortalecimento de redes existentes do que como ponto de partida.

Em suma, ao analisar o caso português fica evidente a organização tardia de uma comunidade e cultura lésbica, conseqüentemente os esforços discursivos centravam-se em retratar as vivências dessas mulheres. Como demonstrado por Dee Pryde (2010), o propósito da *Organa* reivindicava a noção de que o pessoal era político e, acima de tudo, o político era pessoal.

¹⁷ Tem-se notícias de que haviam lésbicas envolvidas no movimento feminista que vinha se estruturando em Portugal desde a década de 1970, entretanto, muitas preferiam não envolver a pauta da sexualidade dentro do movimento tendo em vista que a questão de gênero era o centro do debate, para mais conferir a obra “Feminismos” de Manuela Tavares (2011). Convém pontuar que no Brasil, também houve atrito entre as lésbicas e as mulheres heterossexuais do movimento feminista, a exemplo do que aconteceu no II Congresso da Mulher Paulista, para mais conferir.

É muito mais importante saber o que as lésbicas portuguesas têm a dizer aqui e agora. E o que tenho ouvido leva-me a acreditar que antes de exigir direitos específicos de protecção contra a discriminação, ou mesmo antes de começar o blá blá com a sociedade dominante, teremos de traçar os pontos que nos unem, percebermo-nos colectivamente, enfim, expelir as argumentações e criticismos internos (Organa, edição 8, 1992, p. 3).

Esse posicionamento mais neutro no que se diz em torno dos debates partidários e discussões legislativas manteve-se em toda a linha editorial da *Organa*. Aquele espaço foi pensado para priorizar informações e reflexões sobre as vidas sáficas, tecendo críticas sobre a homossexualidade compulsória e existência lésbica, impactando por fim nas subjetividades das leitoras ao positivar essas existências.

Porém, é importante situar que as experiências de encerramento da ditadura ocorreram de forma distinta em cada país. Em Portugal, após a Revolução dos Cravos, grande parte da esquerda rapidamente conduziu e consolidou a Constituição; já no Brasil, o processo de redemocratização foi mais lento, permitindo que os movimentos sociais existentes acompanhassem mais de perto os debates legislativos. Ademais, em Portugal ainda não havia movimentos bem articulados durante o período da Constituição, o que explica por que as preocupações legislativas aparecem com mais força na imprensa lésbica somente em outras publicações, como a *Zona Livre*.

Portanto, observa-se que o *Chanacomchana*, que já atuava na politização das identidades lésbicas, passou a incorporar, após os primeiros números, textos sobre debates político-legislativos ocorridos no contexto da redemocratização, ressaltando a importância da mobilização desses sujeitos em torno de pautas políticas como forma de reivindicar direitos por vias legislativas. Em contrapartida, a *Organa* privilegiou a construção de uma consciência coletiva e subjetiva, focando na reflexão sobre como ser lésbica em uma sociedade heterossexual constitui uma existência política.

Diante disso, em ambos os contextos fica evidente que o trabalho com o pessoal precede o engajamento legislativo, primeiramente é necessário abordar as trajetórias desses sujeitos e compreender as implicações de ser lésbica em uma sociedade heterossexual. As organizações lésbicas concentram-se em desmistificar, naturalizar e politizar essas identidades, atravessando os sentimentos associados às experiências pessoais e inserindo os sujeitos em redes de apoio e pertencimento. Posteriormente, essas experiências coletivas possibilitam a mobilização em torno de debates legislativos, ampliando as formas de convivência e abrindo espaço para a ressignificação de novas maneiras de ser e existir.

Como no caso brasileiro houve uma experiência prévia de contato e debate de mulheres que se reuniram a partir do *Somos*, o *Chanacomchana* foi um caminho para ampliar essa rede de comunicação. Assim, percebemos que no Brasil, o início da Imprensa Lésbica foi marcada pela articulação entre identidade, militância e reivindicações institucionais, enquanto em Portugal, ela operou exclusivamente como um espaço de elaboração subjetiva e comunitária. Nesse sentido, conforme a experiência portuguesa foi amadurecendo, mesmo com o fim da *Organa*, outras publicações foram aparecendo como a *Lilás* e *Lesbiana*. Em 1996 torna-se público o primeiro grupo lésbico Clube Safo, que entre idas e vindas, atua até hoje no país. Este, incorporou em suas edições da publicação *Zona Livre*, não somente vivências lésbicas, mas também debates em torno do casamento, adoção e aborto, exemplificando como a centralidade das pautas legislativas veio em outra fase da Imprensa Lésbica portuguesa.

A experiência lésbica em Portugal e no Brasil se deu em temporalidades distintas, refletindo diferenças no desenvolvimento do associativismo. Em Portugal, o boletim lésbico conectava leitoras a redes transnacionais de informação e sociabilidade, enquanto no Brasil, *Chanacomchana* ia além, registrando a participação de suas editoras em eventos internacionais e fortalecendo a circulação de experiências e estratégias de militância. Assim, ambos os periódicos contribuíram para a construção de redes transnacionais, ainda que de maneiras e ritmos distintos.

Em última análise, percebe-se semelhanças nas fontes quanto à composição e aos objetivos. Ambas operaram como veículos fundamentais de informação, contato e afeto para sáficas, foi por meio da elaboração e produção coletiva que cada nova edição ganhava forma, configurando-se como uma verdadeira colcha de memória costurada coletivamente. Todavia, a comparação evidencia que, apesar de objetivos semelhantes, os periódicos desempenharam funções históricas distintas. No Brasil, expressavam um movimento em amadurecimento político; em Portugal, atuavam como condição de possibilidade para o surgimento desse movimento.

Prazer: sapatões e fufas¹⁸

A busca por desenvolver formas de comunicação independentes das estruturas patriarcais permitiu que muitas mulheres entrassem em contato com outras lésbicas e

¹⁸ Fufa é uma gíria que se refere às lésbicas em Portugal, se assemelha ao que utilizamos no Brasil como sapatão. Entretanto, convém pontuar que se proferido por outras pessoas que não da comunidade LGBTQIAPN+, geralmente vem num tom de ofensa e homofobia.

estabelecessem redes de conexão. Conforme aponta McKinney (2020), esse tipo de “ativismo informacional” abriu caminhos para a construção de uma vida lésbica e contribuiu para a formação de uma história queer da informação. A partir dessa perspectiva, é possível enxergar nas publicações lésbicas uma modalidade própria de ativismo informacional, expressa na produção e circulação de saberes que ampliam o acesso a experiências sáficas. Ao registrar vivências, fomentar debates e gerar conhecimento coletivo, essas publicações vão além da função de informar, elas criam possibilidades de existência que desafiam os padrões normativos e ampliam os modos de vida disponíveis.

Embora tenham surgido a partir de trajetórias distintas, observa-se um ponto de convergência, a imprensa atuou como um elo entre o privado e o público. Essa mediação não se restringiu ao espaço nacional. Em ambas as publicações aqui analisadas, identifica-se uma prática recorrente de referência a outros países, grupos lésbicos e LGBTQ+, periódicos estrangeiros, espaços de sociabilidade e debates políticos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Essa circulação não se restringe à informação, constitui estratégia política de situar experiências locais em um horizonte transnacional de lutas, contribuindo para legitimar as existências lésbicas nacionais e produzir um sentimento de pertencimento a uma comunidade internacional ativa.

Mais do que um meio de circulação de ideias, essa imprensa valorizou experiências lésbicas, legitimou suas reivindicações e contestou discursos historicamente impostos. Como aponta Judith Butler (2018), a resistência também ocorre pela apropriação e transformação de narrativas marginalizadas, permitindo que sujeitos falem por e sobre si. Nesse sentido, a circulação transnacional de referências ampliou repertórios políticos e simbólicos, deslocando a percepção de isolamento dessas mulheres.

A mobilização lésbica também atua como mecanismo de transformação, mulheres antes isoladas passam a contar com um referencial coletivo, adquirindo novas perspectivas sobre si mesmas e sobre o mundo. Bell Hooks (2017) destaca que é por meio dessa experiência coletiva que o movimento feminista exerce impacto transformador. Criar espaços de diálogo crítico e aberto, nos quais se possa ouvir e conhecer umas às outras nas diferenças e complexidades das experiências, é essencial para o avanço do movimento feminista e para a consolidação da solidariedade política entre mulheres (Hooks, 2017, p. 149).

Além de promover visibilidade, *Chana* e *Organa* consolidaram códigos de comunicação, ofereceram suporte emocional e contribuíram para a memória da cultura lésbica. Em ambos os contextos, essas iniciativas inauguraram práticas discursivas e redes que

seriam retomadas e aprofundadas por publicações e grupos posteriores. Conforme Catherine MacKinnon (1982), o compartilhamento de experiências comuns pode levar à formação de uma consciência coletiva e, conseqüentemente, à ação política. Nesse sentido, as articuladoras e leitoras desses periódicos podem ser compreendidas como um grupo de consciência que, ao reivindicar sua existência e afirmar suas vivências, desafiaram estruturas heteronormativas.

A análise comparativa evidencia que, embora inseridas em contextos distintos, essas publicações desempenharam papéis fundadores. No Brasil, *Chanacomchana* e *Iamuricumá* configuraram experiências pioneiras da Imprensa Lésbica, articulando-se tanto com grupos organizados como o GALF, quanto com redes mais amplas de circulação de ideias feministas e homossexuais; sendo referências para outras publicações que viriam como *Um Outro Olhar* e *Femme*.¹⁹ Em Portugal, a *Organa* também assumiu função embrionária, porém antecedendo o associativismo lésbico formal e impulsionando iniciativas posteriores, como a revista *Lilás* e o surgimento do Clube Safo, responsável pela *Zona Livre* e pela organização atual de um arquivo voltado para a história e memória lésbica portuguesa²⁰.

A Imprensa Lésbica, portanto, desempenhou um papel fundamental na construção e afirmação identitária, desmistificando a noção de que essas mulheres foram silenciadas na história. O apagamento de suas experiências não foi imposto pelos fatos, mas pela própria historiografia, que por muito tempo ignorou essas narrativas. Como argumenta Joan Scott (1992), a história das mulheres é sempre uma narrativa política, capaz de desafiar premissas disciplinares e ampliar as possibilidades de existência para diferentes sujeitos ao longo do tempo.

A resignificação e o contradiscurso realizados por elas podem ser interpretados como meio importante de contestação da heterossexualidade compulsória, viabilizando outra epistemologia dentro do mundo cisheteronormativo. Se a exclusão e o silenciamento são ferramentas que sustentam essa normatização, a visibilização das experiências lésbicas rompe com essa estrutura, expandindo outras formas de existência. A dimensão transnacional dessas práticas reforça esse processo, demonstrando que tais resistências não eram isoladas, mas parte de um movimento mais amplo de circulação de ideias, afetos e estratégias políticas.

Atualmente, em meio ao avanço da extrema direita e aos ataques contínuos às comunidades LGBTQIAPN+, a resistência se mantém essencial. Enquanto o Google removeu

¹⁹ Para mais referências de publicações lésbicas brasileiras, consultar a pesquisa realizada por Maia (2017) “Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira”.

²⁰ O Clube Safo é um grupo lésbico português fundado nos anos de 1990 e ainda em atividade nos dias de hoje, para mais informações sobre o Clube acessar o site <https://clubesafo.pt/>.

de seu calendário datas comemorativas da História Negra, da História das Mulheres, do Orgulho LGBTQ+ e dos Povos Indígenas, seguimos narrando essas histórias. Assim, a historiografia lésbica desempenha um papel crucial ao desestabilizar narrativas que perpetuam estruturas cisheteropatriarcais, reativando redes de memória locais e transnacionais, fortalecendo as teias de experiências e memórias LGBTQIAPN+.

Fontes

CHANACOMCHANA (jornal), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 0, Janeiro/1981 edição única.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1 Março/1981.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 10 Junho-Setembro/1986.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 12 Fevereiro-Maio/1987.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 1, 1990.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 7, 1992.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 8, 1992.

Referências

AFONSO, Raquel. Sexualidades não-normativas no período da ditadura portuguesa. Estudos de caso sobre a resistência quotidiana de homossexuais e lésbicas no Estado Novo. **RELIES**: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades. Número 1, 2019.

AFONSO, Raquel. **Homossexualidade, lesbianismo e resistência nas ditaduras ibéricas do século XX**: estudos de caso em comparação. Tese de Doutorado em Estudos de Género, Universidade Nova de Lisboa, 2024.

ANZALDÚA, Glória. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. A bolha editora, Rio de Janeiro, 2021.

BARROS, José D.'Assunção. **História comparada**. Editora Vozes Limitada, 2014.

BAUER, C. 2011. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.

CARDOSO, Fabíola. A ÁRVORE CLUBE SAFO. *In: De Memória, História das lutas feministas e lgbtqi+ em Portugal*. 2022, Porto. Vários Autores.

- CASCAIS, António. **Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer**. Ed. Fenda, Lisboa, 2006.
- CASCAIS, Fernando. Portugal 1974-2010: da Revolução dos Cravos ao bouquet do casamento. **Mélanges de la Casa de Velázquez**. Nouvelle série, n. 50-1, p. 163-187, 2020.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2015.
- _____. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.
- MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- MACKINNON, Catherine A. Feminism, Marxism, Method, and the State: An agenda for theory. **Culture and Society**, v. 7, p. 3, 1982.
- MAIA, C. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na Imprensa Lésbica brasileira**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.
- MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **Contraponto**, v. 1, n. 1, p. 24-41, 2011.
- McKINNEY, Cait. **Information Activism: A Queer History of Lesbian Media Technologies**. Durham, NC: Duke University Press, 2020.
- PRYDE, Dee. Lésbicas portuguesas no século vinte: Apontamentos para a História. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2012.
- QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, 2021.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.
- SANTOS, Ana Cristina. Sexualidades politizadas: ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 18(3): p. 595-611, mai-jun, 2002.
- SANTOS, Ana Lucia. Discursos legais em torno de mulheres sodomitas portuguesas na Idade Moderna. **Cabo dos Trabalhos**, n. 17, p. 1-15, 2018.
- SILVEIRA-BARBOSA, Paula. **Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em

Jornalismo) – Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Iamuricumá: abre-caminhos da Imprensa Lésbica no Brasil. **Mosaico**, v. 17, n. 27, 2025.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Autêntica Editora, 2022.